

-----**ACTA 4/2010**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 15 de Fevereiro de 2010**-----

-----Aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Vereador José Carlos pediu autorização para incluir na Ordem de Trabalhos duas propostas. A primeira sobre os prémios para o concurso de máscaras e a segunda sobre o concurso de fotografia intitulado Almeirim outro Olhar - Almeirim foto.-----

-----O Executivo concordou.-----

-----O Senhor Presidente propôs a introdução do ponto relativo ao Expediente Geral. O Executivo concordou.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu o uso da palavra e leu a intervenção abaixo indicada, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo:-----

----- Situação de um "funcionário" da autarquia.-----

-----Na Reunião de um de Fevereiro, questioneei o sr. Vereador Pedro Ribeiro, agora com competências delegadas para a gestão de pessoal, informação sobre a situação de um "funcionário" desta autarquia, nos seguintes termos: -----

-----Que eu saiba, o funcionário está aposentado por invalidez e faz hemodiálise 4 vezes por semana. Que eu saiba o ex funcionário desempenhava as funções de guarda nos charquinhos, contratado pela Banda Marcial de Almeirim. Que eu saiba, neste momento desempenha as suas funções ao serviço da edilidade, a cortar árvores e a curar, de facto serviços convenientes com o seu estado de saúde. Quando refiro o cortar das árvores é em cima delas e quando refiro curar, é aplicar ROUNDUP em qualquer local, seja escola ou outro local público. Mas isto será objecto, mais tarde, de intervenção específica. Que eu saiba está a fazê-lo por ordens expressas do Sr. Vereador. Há alguma explicação para isto Sr. Vereador? No seguimento imediato deste pedido de esclarecimento, foi o funcionário convocado, ainda no decorrer da Reunião, para se apresentar ao sr. Vereador que, entretanto, entendeu, na reunião, não responder às minhas questões, como lhe competia. Dado que o funcionário tinha hemodiálise marcada, só se pôde deslocar à Câmara no dia seguinte, para ser informado que estava dispensado do serviço que, eventualmente, estaria a prestar à autarquia e que o Sr. Vereador assumiria todos os custos, mas que não o queria mais a trabalhar. Entretanto depois de ter ameaçado outro funcionário que, na cabeça do sr. Vereador estaria por trás desta "cabala", consumou o seu, na minha opinião desprezível, acto. Quero esclarecer o Sr. Vereador que nenhum desses funcionários teve nada a ver com a minha intervenção e que esta só teve lugar, porque dela fui informado e a achei muito injusta. Então, a um homem que faz hemodiálise 4 vezes por semana são-lhe distribuídas as tarefas de andar em cima de árvores e a aplicar curas com materiais tóxicos. O sr. Vereador tem destas coisas uma visão muito particular. Já não é a primeira vez que faz coisas do género. Ainda recentemente fez o mesmo a um funcionário deficiente nas Piscinas Municipais. Sei classificar essas atitudes, mas, ainda não o vou fazer. O sr. Vereador é novo e tem que perceber que a vida não é só o que está no seu mundo, há valores que não são negociáveis sr. Vereador.

Contenha-se. Exijo pois uma explicação cabal do sucedido e solicito que me seja fornecida cópia do protocolo celebrado com a Banda Marcial de Almeirim. Estarei muito atento ao desenrolar desta situação, quer no que concerne ao "funcionário" em questão, quer ao outro, que tudo indica pretende despedir.-----

-----2 - PIDAC Quero congratular-me por ter verificado que, não está inscrita no PIDAC qualquer verba para a construção da Cadeia de Almeirim, ao contrário de Elvas que foi contemplada. Para o Movimento que represento são boas notícias, para os Almeirínenses deverão ser notícias excelentes."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: Desprezível era algumas coisas que eu lhe dizia, mas não tenho paciência para isso. Em relação ao que diz, a maioria são mentiras. Não é funcionário da Autarquia, nem nunca foi. O facto de ser chamado no própria dia também é mentira. Se eu desejo ajudar alguém com as minhas expensas, isso é da minha conta. Quanto ao funcionário das piscinas, foi-lhe falado se ele era capaz de executar esse serviço, como não foi, foi mudado de serviço. Quero que o Senhor Vereador Francisco Maurício prove que ele é funcionário da Autarquia."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou: "Se ele não estava ao serviço da Autarquia estava ao serviço de quem?-----

-----Quem vai buscar o homem para o levar para cima de árvores e aplicar monda química?"-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: "Os viveiros passaram para a Junta de Freguesia de Almeirim, através da celebração de protocolo. A pessoa estava a fazer esse serviço e na quinta ou na sexta feira foi-lhe dito, que nas condições em que estava, os Charquinhos passavam a ser tratados pela Junta de Freguesia de Almeirim. Achando eu que o Senhor estava cá pelo Centro de Emprego, pedi ao Encarregado para contactar a pessoa para vir cá falar comigo. O que fez foi vir cá na segunda ou terça feira, e naturalmente como não pode fazer este tipo de serviço, obviamente que o Senhor deixará de receber a verba que recebia."-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Presidente informou o Executivo dos despachos de deferimento da Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: Márcia Sofia da Conceição Baptista, cento e vinte e sete de dois mil e nove.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências: ETACI - Construções e Imobiliária, Ld^a, cento e sete; Filipe Manuel de Almeida Nunes, cento e catorze, ambos de dois mil e nove; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Ld^a, um de dois mil e dez.-----

-----PROJECTO DE LOTEAMENTO - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento do Projecto de Loteamento que fez, ao abrigo da delegação de competências: Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Ld^a, seis de dois mil e sete.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR - Foi presente a proposta da Senhora Vereadora Fátima Cardoso, do seguinte teor:-----

-----"Análise do processo disciplinar instaurado à funcionária Célia Cristina Lopes Santos.-----

-----Relativamente à decisão final a ter para com o processo disciplinar em epígrafe proponho ao Executivo que a deliberação tenha em conta a conclusão apresentada pela instrutora conforme consta do referido processo.-----

-----Para efeitos e fins convenientes junto apreciação técnica deduzida pelo Gabinete de Acção Social sobre a avaliação sócio económica da funcionária"-----

-----O processo já esteve na reunião de dezoito de Janeiro do corrente ano e foi novamente presente, para votação de pena a aplicar, ao processo disciplinar instaurado a Célia Cristina Lopes Santos, funcionária da Escola EB 2,3 Febo Moniz de Almeirim.-----

-----Esteve presente o Director da Escola, onde a funcionária exercia funções, Dr. Carreira, que prestou os esclarecimentos aos Autarcas, relativamente à conduta da funcionária no que refere ao cumprimento do seu estatuto de assiduidade. Referiu que quando a funcionária exercia funções pela DREL, fez uma exposição comunicando que a trabalhadora tinha excedido largamente o número de faltas injustificadas. A resposta da DREL, em Setembro/Outubro de dois mil e oito dava conta que deveria proceder-se ao despedimento da pessoa. Acrescentou: "Foi sempre complicado o cumprimento do horário."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou qual é a relação jurídica de emprego da funcionária.-----

-----Foi chamado o Técnico Superior de Recursos Humanos, Dr. João Magalhães que respondeu que a trabalhadora tem uma relação laboral de contrato por tempo indeterminado.-----

-----Posto à votação por escrutínio secreto, foi aprovado com cinco votos a favor e dois em branco, aplicar a pena disciplinar de despedimento. -----

-----O processo foi remetido ao Secretário instrutor do processo, Dr. Vítor de Sousa.-----

-----OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----MINUTA DE CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL

-----O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:
"Para cumprimento da Legislação em vigor proponho a aprovação da Minuta do Contrato a celebrar com o Consórcio Aquino Construções, S.A./ Imoconstância, S.A. na sequência da

adjudicação para a Construção da Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal.”-----

-----Anexa a proposta acima indicada, minuta do contrato que a seguir se reproduz: -----

-----“MINUTA DE CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA Nº /20..-----

-----**PREÇO € 430.245,57 + IVA**-----

-----CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLÉTISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM -----

-----Aos.....dias do mês de.....de 20.., nesta cidade de Almeirim, no edifício dos Paços do Concelho sito à Rua 5 de Outubro em Almeirim compareceram como contraentes:-----

-----**Primeiro** - Sr. José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, casado, natural de Almeirim, onde reside, que intervém neste acto na qualidade de Presidente da Câmara de Almeirim, e em representação do **Município de Almeirim** , NIPC 501273433, com competência própria que lhe é conferida pela alínea a) no número 1 do Artigo 68º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro.-----

-----**Segundo** - **Aquino Construções, S.A**, com sede em Vale, freguesia de Nossa Senhora da Piedade, concelho de Ourém, com o NIPC e matrícula comercial de Ourém n.º 500 721 050, titular do alvará de construção n.º 1308, legalmente representada pela Senhora Célia Maria Reis Rodrigues Aquino, viúva, natural da freguesia de Fátima, concelho de Ourém, com o NIF 194.944.077, portadora do Bilhete de identidade n.º 9581065, emitido em 2005/12/30, residente em Pedreiras - Peras Ruivas, na freguesia de Seiça, concelho de Ourém, conforme procuração passada em 2009/07/23 e consultada a respectiva certidão comercial permanente com o código 1378-6508-5468, válida até 2010/11/28;--

-----**Terceiro** - **Imoconstância, Construção Civil e Imobiliária, S.A**, com sede na Rua Moinho de Vento, s/n, Apartado 40, Constância, com o NIPC e matrícula comercial de Constância n.º 504.538.101, titular do alvará de construção n.º 29714, representada legalmente pelo Senhor Carlos Manuel Pratas de Sousa, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho

do Entroncamento, com o NIF 166.744.417, portador do Bilhete de identidade n.º 6534581, emitido em 2001/03/28, residente na Rua 20 de Junho de 1991, n.º 4, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho do Entroncamento, conforme consultada realizada à certidão comercial permanente com o código 1542-3104-6033 e válida até 2010/11/16.-----

-----As partes acordam na celebração do presente contrato, nos termos seguintes:-----

-----1 - O Município de Almeirim, por deliberação da sua Câmara Municipal de 2010/01/18, por este contrato adjudica ao segundo e terceiro outorgantes, representados pelas empresas Aquino Construções, S.A. e Imoconstância, Construção Civil e Imobiliária, S.A. a empreitada a seguir identificada, nos termos da minuta aprovada em reunião do executivo de .-----

-----2- O Objecto do contrato é empreitada de Construção da Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim, cuja adjudicação foi precedida de concurso público.-----

-----3- O preço contratual, de acordo com as listas de preços unitários anexas à proposta apresentada pelos adjudicatários datada de 2009/11/16 é de € 430.245,57 (quatrocentos e trinta mil duzentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos), a que acresce o IVA, sendo o encargo total deste contrato de € 451.757,84.-----

-----4- O prazo de execução da obra é de 120 dias, prevendo-se o seu início emde o de..... e término em....., datas a concertar em definitivo no auto de consignação.-----

-----5 - Não se verificaram ajustamentos propostos pelo empreiteiro e aceites pelos adjudicatários.-----

-----6 - Para garantir a execução do contrato foram apresentadas as garantias bancárias com as operações números 2539.001807.993 e 2539.001808.793 emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 28 de Janeiro de 2010, da importância de € 21.512,28 (vinte e um mil quinhentos e doze euros e vinte e oito cêntimos) cada uma delas, designadas como garantias autónomas à primeira

solicitação, nos termos dos artigos 88.º n.º 2 e 89.º n.º 1 do D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

-----7 - O encargo com a presente adjudicação, no total de € 451.757,84, IVA incluído, vai ser satisfeito por conta das rubricas SO 07010302, do Orçamento para o ano em curso, aprovado em reunião de Câmara de 2009/12/21 e em sessão da Assembleia Municipal de 2009/12/30.-----

-----8 - Consideram-se parte integrante deste contrato, sendo-lhes devida obediência obrigatória por ambas as partes:-----

-----a) O presente clausulado contratual;

-----b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos aceites pela Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----c) Os esclarecimentos e rectificações ao caderno de encargos respectivo;-----

-----d) O caderno de encargos;-----

-----e) A proposta adjudicada;-----

-----f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelos adjudicatários.-----

-----9 - Não se verificou a exclusão do contrato de quaisquer termos ou condições da proposta)-----

-----10 - A fórmula de revisão de preços é a seguinte:-----

$$\begin{aligned} \text{Ct} = & 0,17 \text{ ST} + 0,14 \text{ M 03} + 0,02 \text{ M 15} + 0,12 \text{ M 18} + 0,02 \text{ M 20} + \\ & \text{S0} \qquad \text{M}^\circ\text{03} \qquad \text{M}^\circ\text{15} \qquad \text{M}^\circ\text{18} \qquad \text{M}^\circ\text{20} \\ & + 0,01 \text{ M 21} + 0,09 \text{ M 22} + 0,01 \text{ M 24} + 0,02 \text{ M 30} + 0,02 \text{ M 35} + \\ & \text{M}^\circ\text{21} \qquad \text{M}^\circ\text{22} \qquad \text{M}^\circ\text{24} \qquad \text{M}^\circ\text{30} \qquad \text{M}^\circ\text{35} \\ & + 0,01 \text{ M 45} + 0,01 \text{ M 48} + 0,01 \text{ M 49} + 0,25 + 0,10 \\ & \text{M}^\circ\text{45} \qquad \text{M}^\circ\text{48} \qquad \text{M}^\circ\text{49} \end{aligned}$$

-----11 - A empreitada goza da seguinte garantia:-----

-----a) Elementos construtivos estruturais - dez anos;-----
-----b) Elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas - cinco anos;-----
-----c) Equipamentos afectos à obra e dela autonomizáveis - dois anos.-----
-----12 - Os pagamentos serão feitos em moeda portuguesa, mensalmente, em função dos trabalhos executados e medidos, avaliados à razão dos preços unitários, no prazo máximo de 30 dias após a apresentação das facturas.-----
-----Em tudo o mais não previsto aplicar-se-ão as normas reguladoras do Código dos Contratos Públicos.-----
-----Ambos os contraentes declaram que se obrigam ao respeito integral pelo presente contrato.-----
-----No processo relativo a esta empreitada serão arquivados os documentos que a instruem, designadamente o programa do procedimento, o caderno de encargos, o Anuncio de concurso, o processo concursal, a proposta e demais documentos que a instruem, duas garantias bancárias e, quanto ao segundo outorgante é, ainda, arquivada a fotocópia certificada da certidão de Finanças comprovativa do cumprimento das obrigações fiscais emitida em 2009/11/24, Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social datado de 2009/11/12 e cópia dos Alvará de Construção n.º 1308 do INCI, válido até 2011/01/31, comprovativo de entrega via Internet do modelo 22 IRC e certificado do registo criminal dos membros do conselho de administração da Aquino Construções, S.A., sendo ainda arquivado quanto ao terceiro outorgante, a fotocópia certificada da certidão de Finanças comprovativa do cumprimento das obrigações fiscais emitida em 2009/09/23, Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social datado de 2009/09/28 e cópia do Alvará de Construção n.º 29714 do INCI, válido até 2010/01/31, comprovativo de entrega via Internet do modelo 22 IRC e certificado do registo criminal dos membros do conselho de administração-----

-----Este contrato foi elaborado em duas vias destinadas a ambos os Contraentes.-----

O Primeiro Contraente-----

O Segundo Contraente-----

O Terceiro Contraente-----

Imposto de Selo-----

Artº 8 da TGIS - € 5,00-----

Guia n.º-----

-----Posta à votação a minuta acima transcrita, foi a mesma aprovada com cinco votos a favor da bancada do PS e duas abstenções dos Senhores Vereadores Aranha Figueiredo e Francisco Maurício.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo ditou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção deve-se ao facto da obra agora adjudicada não contemplar o campo de jogos."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção deve-se ao facto de não concordar da metodologia utilizada."-----

-----O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Votei a favor porque esta é uma obra há muito esperada pelos jovens praticantes do nosso Concelho."-----

-----Os documentos foram entregues ao Senhor Luís Leitão para os devidos procedimentos.-----

-----JÚRI DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FEBO MONIZ DE ALMEIRIM E PARA FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS A SERVIR NO RESPECTIVO REFEITÓRIO -

-----Foi presente a proposta do Senhor Presidente, a seguir transcrita:"Ao abrigo do artigo sessenta e sete do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto Lei número duzentos e setenta e oito de dois mil e nove, de dois de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso de: "Fornecimento de

Refeições Confeccionadas para as Escolas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas Febo Moniz de Almeirim e para Funcionários Municipais, a Servir no Respectivo Refeitório", os seguintes membros:-----
-----Efectivos:-----
-----Presidente - Vereadora Maria de Fátima Cardoso;-----
-----Vogal - Engenheiro António Xavier Martins da Rocha Pinto;--
-----Vogal - Engenheira Maria de Fátima Neves Lopes.-----
-----Suplentes:-----
-----Dr. António Joaquim Veríssimo Pisco;-----
-----Luís Alberto Ferreira Leitão."-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo estranhou o facto de dois dos três elementos do júri serem Engenheiros Civis, pois acha pouco adequada esta formação para um júri de concurso para fornecimento de refeições. -----
-----O Senhor Presidente informou que o que está em causa é o procedimento de concurso, não é a qualidade do serviço.-----
-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso referiu que o júri vai apenas analisar a documentação do concurso.-----
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício congratulou o Executivo pelo facto do concurso ter sido lançado atempadamente. E acrescentou: " São concursos muito trabalhosos. Em relação ao Caderno de Encargos suponho que são directivas da Direcção Regional de Lisboa e não tenho qualquer objecção. Há dois anos houve um parecer da Delegada de Saúde, que no meu entender não tem qualquer competência para isso. O melhor caminho é certificar-se que o serviço está a ser fornecido em condições."-
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Independentemente de tudo, tenho como principio que as refeições deveriam ser fornecidas pela Autarquia. Portanto não vou votar favoravelmente esta proposta."-----
-----O Senhor Presidente referiu que é mais fácil controlar um ponto de confecção em Almeirim e outro em Fazendas de Almeirim do que controlar muitos.-----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O assunto foi remetido à Senhora Vereadora Fátima Cardoso para os procedimentos seguintes.-----

-----AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, ABERTURA DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA O CONCURSO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FEBO MONIZ DE ALMEIRIM E PARA FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS A SERVIR NO RESPECTIVO REFEITÓRIO - Proposta apresentada pela Senhora Vereadora Maria de Fátima Cardoso:" Conjugando o número um do artigo trinta e seis, o artigo trinta e oito, o número dois do artigo quarenta, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, com a alínea b) do número um do artigo dezoito do Decreto Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, e ainda da alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco A de dois mil e dois de onze de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento do Concurso Público, e ainda aprovar o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para o seguinte procedimento:"Fornecimento de Refeições Confeccionadas para as Escolas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas Febo Moniz de Almeirim e para Funcionários Municipais, a servir no respectivo Refeitório".-----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O assunto foi remetido à Senhora Vereadora Fátima Cardoso para os procedimentos seguintes.-----

-----DELEGAÇÃO NO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS, A COMPETÊNCIA PARA PRESTAR OS NECESSÁRIOS ESCLARECIMENTOS NO CONCURSO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FEBO MONIZ DE ALMEIRIM E PARA FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS A SERVIR NO RESPECTIVO REFEITÓRIO - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:- "Conjugando o número dois do artigo cinquenta com o número dois do artigo sessenta e nove, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto Lei número duzentos e setenta e oito de dois mil e nove, de dois de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso de "Fornecimento de Refeições Confeccionadas para as Escolas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento de escolas Febo Moniz de Almeirim e para Funcionários Municipais, a Servir no Respectivo Refeitório".-----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O assunto foi remetido à Senhora Vereadora Fátima Cardoso para os procedimentos seguintes.-----

-----AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS, ABERTURA DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA O CONCURSO DE DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO CONCELHO DE ALMEIRIM - ANO LECTIVO DE 2010/2011 - A Senhora Vereadora Maria Emília Botas Moreira, apresentou a seguinte proposta:"Conjugando o número um do artigo trinta e seis, o artigo trinta e oito, o número dois

do artigo quarenta, todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, com a alínea b) do número um do artigo dezoito do Decreto Lei cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, e ainda a alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovada a decisão de contratar através de lançamento de Concurso Público, e ainda aprovar o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para o seguinte procedimento:"Desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do Primeiro Ciclo do Concelho de Almeirim - Ano Lectivo dois mil e dez, dois mil e onze".-----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O assunto foi remetido à Senhora Vereadora Maria Emília Moreira para os procedimentos seguintes.-----

-----NOMEAÇÃO DO JÚRI DE PROCEDIMENTOS PARA O CONCURSO DE DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO CONCELHO DE ALMEIRIM - ANO LECTIVO DE 2010/2011 - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:"Ao abrigo do artigo sessenta e sete do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto Lei número duzentos e setenta e oito de dois mil e nove, de dois de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso de: "Desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do Primeiro Ciclo do Concelho de Almeirim - Ano Lectivo dois mil e dez, dois mil e onze", os seguintes membros:-----

-----Efectivos:-----
-----Presidente - Vereadora Maria Emília Botas Moreira;-----
-----Vogal - Vereadora Maria de Fátima Cardoso;-----
-----Vogal - Engenheiro António Xavier Martins da Rocha Pinto;--
-----Suplentes:-----
-----Dr. António Joaquim Veríssimo Pisco;-----
-----Luís Alberto Ferreira Leitão".-----
-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----
-----O assunto foi remetido à Senhora Vereadora Maria Emília Moreira para os procedimentos seguintes.-----

-----DELEGAÇÃO NO JÚRI DE PROCEDIMENTOS A COMPETÊNCIA PARA PRESTAR OS NECESSÁRIOS ESCLARECIMENTOS AOS CONCORRENTES NA FASE DE CONCURSO DE "DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO CONCELHO DE ALMEIRIM - ANO LECTIVO DE 2010/2011" - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:"Conjugando o número dois do artigo cinquenta com o número dois do artigo sessenta e nove, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei número duzentos e setenta e oito, de dois de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso de "Desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do Primeiro Ciclo do Concelho de Almeirim - Ano Lectivo dois mil e dez, dois mil e onze."-----
-----A Senhora Vereadora Maria Emília Moreira propôs, que seja corrigida a alínea j) do artigo primeiro da parte II, e onde se lê *a todos os alunos*, passará a ler-se a cada aluno. A frase passará a ter a seguinte redacção: "O adjudicatário fornecerá a cada aluno o manual escolar."-----
-----O Executivo concordou.-----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O assunto foi remetido à Senhora Vereadora Maria Emília Moreira para os procedimentos seguintes.-----

-----PROPOSTA DE COMPRA POR LEASING DE PARCELA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE TROÇO DA CIRCULAR URBANA - O Senhor Presidente apresentou a proposta que abaixo se transcreve:-----

-----"Considerando que os dois troços da Circular Urbana de Almeirim assinalados em planta, entre a estrada do Vale Barrocas e a Estrada Municipal quinhentos e setenta e oito, para as Fazendas são da maior importância para o escoamento do trânsito na Cidade;-----

-----Considerando quer dos contactos que têm sido desenvolvidos a Parcela E, da EM quinhentos e setenta e oito até à Estrada Velha dos Paços é a que está mais próxima de acordo final;-----

-----Considerando que a mesma foi avaliada pelos nossos serviços pelo valor de compra de vinte e seis euros e quarenta e um cêntimos o metro quadrado o que perfaz um total de: dez mil quinhentos e quarenta e sete virgula oito metros quadrados vezes vinte e seis euros e quarenta e cêntimos, igual a duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito euros e trinta e oito cêntimos;-----

-----"Considerando que as necessidades de disponibilidade de tesouraria para as obras em curso são significativas:-----

-----Proponho que o Executivo aprove a compra desta parcela de terreno com recurso ao leasing nos termos legais".-----

-----Acompanha esta proposta a informação do Senhor Arquitecto Sampaio, que a seguir transcrevo:"Parcela E (avaliação do terreno para construção).-----

-----De acordo com a solicitação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara anexa-se a avaliação de uma parcela de terreno com área de 10.547,08 m2.-----

-----1) A parcela está de acordo com a Planta de Zonamento do Plano de Urbanização de Almeirim abrangida pela implantação proposta da Circular Urbana e localizada no limite do Espaço Urbanizável Z Hr F mas integrada no Limite Urbano definido pelo PU para a cidade de Almeirim.-----

-----2) O ponto doze do artigo vinte e seis da Lei cento e sessenta e oito de noventa e nove de dezoito de Setembro (Código de Expropriações) refere:-----

-----"Sendo necessário expropriar solos classificados como zona verde de lazer ou para instalação de infra estrutura e equipamentos públicos por plano de ordenamento do território plenamente eficaz, cuja aquisição seja anterior à sua entrada em vigor, o valor de tais solos será calculado e função do valor médio das construções existentes ou que seja possível edificar nas parcelas situadas numa área envolvente cujo perímetro exterior se situe a 300 m do limite da parcela expropriada".-----

-----Assim sendo, e dado que a parcela se situa adjacente ao limite urbano definido em PU eficaz, consideram-se como o valor das construções possíveis edificar o índice de construção máximo de zero virgula quatro definido para a Z Hr F adjacente no artigo cinquenta e nove do Regulamento do PMOT referido.-----

-----3) Calculo do valor da parcela para construção-----

-----Foi anteriormente avaliada uma parcela com a área de 4 459,2 m² por um valor de 26.41€/m² já referida e aceite pelo proprietário, pelo que se considerarmos o mesmo valor por metro quadrado teremos um valor para a parcela com 10 547,08 m² de 278 548,38€.-----

-----Área total - 10 547,08m²-----

-----Índice de construção de acordo com o Artigo 59º do R.P.U. de Almeirim - 0.4-----

-----Área máxima de construção na parcela - 10 547,08 x 0,4 = 4 218.8m².-----

-----Estimativa do valor da parcela E arredondado - 278 548.50€."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo propôs que a proposta

acima apresentada fosse dividida em duas propostas. A primeira relativa à aprovação da compra do terreno e a segunda referente à aprovação do leasing para recurso ao pagamento do espaço.-----

-----O Executivo concordou.-----

-----Posta à votação a proposta relativa à compra do terreno, foi a mesma aprovada com seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador Aranha Figueiredo e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício. A proposta relativa ao recurso de leasing para compra do terreno mereceu a seguinte votação: aprovada com cinco votos a favor da bancada do PS e duas abstenções dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Aranha Figueiredo.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração que voto, cuja cópia me entregou e que transcrevo: " Antes de mais importa esclarecer: a ordem de trabalhos refere aquisição de parcela B, mas a proposta menciona parcela E. Sobre essa parcela, avaliada pelos serviços da CM, questiona-se logo à partida o facto de não ter sido apresentado o respectivo relatório de avaliação, nem tão pouco as premissas que deram origem à obtenção do valor. Deve-se solicitar o competente relatório.-----

-----Apenas referem uma valorização de €26,41/m² X a área da parcela (10.547,08 m²) = €278.548,38. Chegam ao valor de €26,41/m² porque no passado foram comprados 4.459,2 m² por aquele valor. Ora, este argumento só por si não é justificativo para atribuição daquele valor pois: - não traduz uma amostra significativa para comparação; - foi obtido através de uma área muito inferior à da parcela E. Note-se a este respeito, que, quanto maior é a dimensão dos prédios/lotes, menor será o valor unitário de transacção, ou seja, no caso em apreço, seria previsível a compra por valores unitários inferiores a €26,41 m²). Importa também aferir na malha do PDM a correcta localização da dita parcela E, pois refere que é adjacente ao perímetro urbano e atribuem-lhe um índice de construção máximo de 0,4, mas não concretizam bem a classe de espaço onde esta se

insere. É ainda mencionada na proposta que necessitam de disponibilidades de tesouraria e que a aquisição será realizada através de leasing. A CM continua a dispor de capacidade para este volume de investimentos? Possui capacidade de endividamento e justifica-se fazê-lo agora nesta obra? Dado que o pretendem efectuar a aquisição, recorrendo a leasing, deve-se aferir o valor de avaliação do banco com o valor de aquisição agora apresentado."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor de todas as iniciativas que sejam tomadas para que haja uma rápida resolução dos problemas da localidade."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor da compra do terreno porque se trata de uma construção de Circular Urbana estruturante para a vida da cidade, na medida em que vai contribuir para desviar o trânsito, evitando que entre na cidade. Voto a favor do preço a praticar e da estratégia de leasing porque a proposta de construção feita pelos nossos Serviços de Urbanismo, no ponto um e dois do Relatório de Avaliação que está anexo à proposta, classifica os espaços que estão em causa. A sua classificação em termos de PDM e Plano de Urbanização está exhaustivamente justificada. O recurso ao leasing está também ele justificado pelo facto de a Câmara ter necessidade de obter disponibilidades para concretizar os Fundos Comunitários que vão sendo postos à disposição do Município."-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o documento para os procedimentos posteriores, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que o assunto voltava a si.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA - O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta: - "Atendendo à

necessidade de adquirir terreno para a construção da Casa Mortuária em Foros de Benfica e tendo em conta a avaliação anexa, proponho a aquisição de terreno à Predialmeirim pelo valor de 18.140,00 euros.”-----

-----A proposta acima transcrita é acompanhada da avaliação do Senhor Arquitecto Sampaio, do seguinte teor:-----

-----“Avaliação do lote número quatro do Loteamento Urbano sito na Rua Direita Foros de Benfica - Almeirim.-----

-----De acordo com a V. solicitação de avaliação de um lote de terreno (nº 4), com área de 529,55 m2, integrado num loteamento sito na Rua Direita de Foros de Benfica que prevê a implantação de uma moradia unifamiliar em dois pisos e construção anexa, podemos elaborar a seguinte avaliação de acordo com o CIMI, (avaliação de terrenos para construção):-----

-----Lote nº 4 - Parâmetros urbanísticos definidos no Loteamento Urbano-----

-----Área total - 529.55 m2-----

-----Área de implantação da moradia de acordo com o Loteamento - 144 m2;-----

-----Área de construção da moradia de acordo com o Loteamento - 288 m2 ;-----

-----Área de implantação do anexo do anexo de acordo com o Loteamento - 73.53 m2;-----

-----Área de construção do anexo de acordo com o Loteamento - 73.53 m2.-----

-----Valor do lote: 22.960 euros.-----

-----Cálculo para avaliação de uma parcela de terreno remanescente do Loteamento Urbano sito na Rua Direita - Foros de Benfica - Almeirim.-----

-----De acordo com a V. solicitação de avaliação de uma parcela de terreno com área de 418,45 m2, integrada num loteamento sito na Rua Direita de Foros de Benfica que anteriormente configurava parte do lote número 4 com a área total de 529,55 m2 e previa a implantação de uma moradia unifamiliar em dois pisos e construção anexa, compete-me informar:-----

-----1 - A anterior avaliação do lote número 4 foi, de acordo com os parâmetros de CIMI (avaliação de terrenos para construção) de 22.960euros, a que corresponde um valor por metro quadrado de 43,35 euros.-----

-----2 - Se considerar o mesmo valor por metro quadrado a parcela remanescente terá um valor de 18.139,80 € (43,35€ x 418,45 m²).-----

-----Valor arredondado 18 140€ (dezoito mil cento e quarenta euros)-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que o lote está ao dobro do preço do terreno em Almeirim, e acrescentou: "No perímetro de Almeirim pagamos a vinte e seis euros o metro quadrado fora, na periferia, pagamos a quarenta e seis euros.---

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou se já foi aprovado o loteamento para aquele empreendimento.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que foi aprovado hoje por si através da delegação de competências.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou se o Senhor Vice Presidente tem competências para o aprovar. Acrescentou: "Acho que o loteamento foi dificilmente aprovado."-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que de acordo com a delegação de competências que lhe foi delegada, em conjunto com o Decreto Lei nº 555/99, alterado pela Lei nº 60/2007 de 4 de Setembro, lhe são conferidas competências para aprovar os loteamentos. Contudo a partir desta data deixa expresso que não aprovará nenhum loteamento. Vai dar indicações que sejam todos remetidos a reunião do Executivo.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco votos a favor da bancada do PS, a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício a o voto contra do Senhor Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo ditou a seguinte declaração de voto: "O meu voto contra advém do facto de ser presente a esta reunião dois terrenos, um em Almeirim para construção da Circular Urbana e outro em Foros de Benfica, sendo

o de Foros de Benfica muito mais elevado do que o de Almeirim.”-
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte
declaração de voto: “A intenção inicial do MICA era a de aprovar
esta proposta. Face ao despacho de aprovação do loteamento pelo
sr. Vereador Pedro Ribeiro que, registo é a primeira vez que
acontece desde que sou vereador e que me levanta sérias dúvidas
quanto à sua legitimidade, decido, em nome do Movimento que
represento, abster-me, enquanto não vir esclarecida esta
situação.”-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor
Presidente a quem entregava os documentos referentes a este
assunto para os procedimentos seguintes, ao que o Senhor
Presidente lhe respondeu que deveria ser remetido à
Contabilidade e Divisão de Habitação e Urbanismo.-----

-----PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA E A CIMLT - O Senhor Presidente
apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:-----

-----“Venho propor a aprovação do Protocolo a celebrar entre a
Câmara e a CIMLT no âmbito da Coordenação de Segurança em obra
que vai possibilitar que aquela Comunidade facture à Câmara os
serviços prestados pelos Técnicos competentes, da Comunidade.”--

-----Transcrição do Protocolo a celebrar com a CIMLT:-----

-----Protocolo entre a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do
Tejo (CIMLT) e o Município de Almeirim no Âmbito da Coordenação
de Segurança em Obra:-----

-----Considerando que face à necessidade imperiosa de reduzir os
riscos profissionais num sector com elevada sinistralidade
laboral, o Decreto Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, impôs aos
donos de obra a nomeação de um Coordenador de Segurança em Obra
que assegurará o cumprimento do Plano de Segurança e Saúde, bem
como das outras obrigações legais;-----

-----Considerando que os Municípios são entidades que, em
virtude das suas atribuições e competências, são donos de obra
de várias empreitadas;-----

-----Considerando que por várias razões, entre as quais avultam

as de natureza económica e financeira, os Municípios consideraram que havia ganhos de escala e eficiência se fosse a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo a desenvolver este trabalho;-----

-----Considerando que dois técnicos contratados pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo têm desenvolvido essas funções ao longo dos últimos anos;-----

-----Em complemento ao Protocolo assinado a 28/07/2005, urge agora definir a relação financeira entre as partes.-----

-----Assim, é celebrado entre a-----

-----Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), representada pelo Exmº Senhor Vice Presidente do Conselho Executivo, António José Ganhão, residente na Urbanização da Quinta Nova, Rua Dr. Ribeiro Sanches, Lote 31 - 1º Esqº, 2130-071 Benavente, titular do ID Civil nº 01284165, válido até 22/06/2014, e o Município de Almeirim, representado pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, residente na Rua Condessa da Junqueira, 108-A, 2080-069 Almeirim, titular do B.I. nº 2237184, emitido em 09/05/2001, pelo arquivo de identificação de Santarém, -----

-----o presente Protocolo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:-----

-----Cláusula 1ª (Objecto)-----

-----O presente protocolo tem por objecto a definição das relações que se estabelecem entre os outorgantes, no que respeita aos serviços desempenhados pelo pessoal afecto à Coordenação de Segurança em Obra.-----

-----Cláusula 2ª (Obrigações da CIMLT)-----

-----1.Pela assinatura do presente protocolo a CIMLT obriga-se a disponibilizar ao Município os serviços do seu pessoal afecto à Coordenação de segurança em Obra, na medida das necessidades por este outorgante manifestadas.-----

-----2.A CIMLT emitirá Notas de Débito trimestrais relativas aos encargos dos serviços mencionados no número anterior.-----

-----3.A CIMLT compromete-se a dar cumprimento a todas as

disposições legais e aplicáveis no que respeita a funcionários.-

-----Cláusula 3ª (Obrigações do Município de Almeirim)-----

-----No âmbito do presente protocolo, o Município de Almeirim obriga-se a suportar os encargos do pessoal afecto à Coordenação de Segurança em Obra na percentagem de horas de serviço que efectuaram para o Município, percentagem esta a ser fixada anualmente.-----

-----O Primeiro Outorgante,-----

-----O Segundo Outorgante,"-----

-----Posto à votação o protocolo acima indicado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----APOIO PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA - O Senhor Presidente apresentou a carta da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim que solicita apoio para a compra de uma viatura para deslocação dos diferentes atletas em formação.-----

----- Acompanha o pedido uma proposta de venda da empresa, Grupo André Mesquita, de uma viatura Opel Movano nove lugares, no valor de dezanove mil euros.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade pedir esclarecimentos à Associação.-----

-----PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Pelo presente escrito proponho ao executivo a aprovação da Proposta de protocolo a celebrar com a Associação dos 20 Quilómetros de Almeirim."-----

-----O Protocolo é o que a seguir se reproduz: "PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO-----

-----Entre:-----

-----PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, pessoa colectiva territorial, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, conforme deliberação de Câmara de 19 de Fevereiro de 2007, o qual aprova o teor do presente protocolo.-----

-----SEGUNDA: ASSOCIAÇÃO 20 KMS DE ALMEIRIM, pessoa colectiva de utilidade pública sem fins lucrativos, com sede no Largo Espírito Santo, 2080 Almeirim, com o NIPC 502424486, representada pelo seu Presidente Domingos Manuel Monteiro Martins.-----

-----PREÂMBULO-----

-----Considerando que:-----

-----A Associação 20 Kms de Almeirim tem um papel fundamental na promoção de actividades desportivas, culturais e recreativas dos seus associados e da população em geral;-----

-----Presta essas actividades, sem qualquer fim lucrativo e sempre em prol, da comunidade onde se insere;-----

-----Entre as principais modalidades desportivas amadoras prosseguidas nas suas atribuições se inclui o atletismo, cicloturismo, corridas de orientação, Karaté, desportos de montanha e B.T.T., pétanca, ténis, natação e andebol;-----

-----Tem existido um crescimento quantitativo e qualitativo das referidas modalidades, o que gerou um crescimento excepcional da própria Associação 20 Kms de Almeirim;-----

-----Este crescimento da Associação conduziu a situações de dificuldades de funcionamento e coordenação da mesma;-----

-----Nesse sentido, têm de ser tomadas, com alguma urgência, medidas concretas, tais como, a criação de uma secretaria, dotada de meios físicos e humanos que garantam um eficaz e permanente funcionamento e apoio directo às várias secções existentes;-----

-----A Associação 20 Kms de Almeirim necessita de ampliar o espaço físico das instalações, de modo a possibilitar que cada uma das secções/modalidades possa ter o seu próprio espaço de trabalho;-----

-----Necessita a referida Associação, com a dimensão que actualmente comporta, os custos de gestão corrente e de representação associados e a contratação de um colaborador efectivo para aí desempenhar funções, de um maior apoio por parte do Município de Almeirim, sob a forma de uma dotação

mensal ou anual, a atribuir por aquele;-----
-----O Município de Almeirim, através das competências próprias da Câmara Municipal, prossegue também apoio a actividades de interesse municipal, com vista à prossecução dos objectivos de interesse da população em geral; -----
-----Presta o Município de Almeirim apoios a instituições legalmente constituídas e existentes no concelho de Almeirim, prossequindo dessa forma obras e eventos de interesse municipal;-----
-----Que o Município de Almeirim também apoia e comparticipa, pelos meios adequados, a apoio a actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;-----
-----É realizado e celebrado nesta data, entre o Município de Almeirim e a Associação 20 Kms de Almeirim, nos termos previstos no artigo 67º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro, o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----
-----Cláusula Primeira (Objecto) - O presente protocolo visa atribuir à Associação 20 Kms de Almeirim, um conjunto de apoios que servirão para que esta promova todas as actividades para as quais está vocacionada, e que se encontram já enumeradas no preambulo e, bem assim, outras que venham a ser instituídas.-----
-----Cláusula Segunda (Condições de cedência) - Com referencia ao ano de 2010, a verba a atribuir à Segunda Contratante será de €5.400, dividida por 12 meses, o que perfaz a quantia mensal de € 450.-----
-----Cláusula Terceira (Obrigações da Segunda Contraente) - Como contrapartida da atribuição dos montantes referidos na cláusula anterior, a Segunda Contraente compromete-se a:-----
-----1. Manter em funcionamento regular e continuado, uma secretaria da Associação que preste apoio ao seu funcionamento geral e de todas as secções autónomas, actualmente existentes ou a criar futuramente;-----
-----2. A prestar contas anualmente.-----
-----Cláusula Quarta (Denuncia) - Acordam as partes contratantes

em como o presente protocolo não poderá ser denunciado, antes do dia 31 de Dezembro de 2010, salvo se, as obrigações que estiveram na base da elaboração do presente protocolo sejam alteradas pelas partes contratantes, desde que as partes comuniquem essa intenção por escrito, com pelo menos 60 dias de antecedência, em relação ao termo do protocolo.-----

-----Cláusula Quinta (Revisão) - O presente protocolo poderá ser revisto em qualquer altura desde que para o efeito haja acordo das partes.-----

-----Cláusula Sexta (Caducidade, Renovação) - O presente Protocolo terá a duração de 12 meses. Poderá ser renovado para o ano de 2011, necessitando para isso de autorização da Câmara Municipal de Almeirim, que deverá ser dada até final de Outubro de 2010.-----

-----Cláusula Sétima (Entrada em Vigor) - O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, a qual se reporta a Janeiro de 2010.-----

-----Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos contratantes.-----

-----O Município de Almeirim-----

-----A Associação 20 Kms de Almeirim."-----

-----Posto à votação o protocolo acima transcrito, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Obviamente, o MICA vota favoravelmente esta proposta, mas recorda que é urgente a elaboração de Regulamento Municipal de atribuição de subsídios às Colectividades de Desporto, Cultura e Lazer, aliás conforme recomendação aprovada pela nossa Assembleia Municipal, sob proposta do MICA."-----

-----TRÂNSITO/ESTACIONAMENTO - O Senhor Vereador José Carlos da Silva, apresentou as propostas que seguidamente se transcrevem:"Considerando o exposto no requerimento em anexo;---

-----Considerando a observação no local cujo fotografia junto;--

-----Considerando que a sinalização imposta nem sempre é

respeitada;-----
-----Proponho a marcação no chão com efeito dissuasor de estacionamento."-----
-----Esta proposta é acompanhada de carta do Munícipe, Fernando Escudeiro Oliveira, do seguinte teor:"Exm^{os} Senhores, tenho a minha garagem na Rua Agnelo Gonçalves David, nº 25, à qual necessito aceder com frequência, para entrada e saída com a minha viatura.-----
-----Tenho tido uma certa dificuldade em fazê-lo por se encontrarem carros estacionados de frente da mesma ou em posição que me dificultam a manobra.-----
-----Já tive necessidade de recorrer à presença da GNR por mais que uma vez.-----
-----Por este motivo, solicito que sejam tomadas providencias de modo a solucionar o problema."-----
-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos da Silva apresentou a seguinte proposta:-----
-----"Considerando o exposto no requerimento em anexo;-----
-----Considerando a observação no local cujo fotografias junto;-
-----Proponho que se limite com pintura em linha em ziguezague no chão no espaço que permita a entrada e saída com mais facilidade."-----
-----Acompanha esta proposta a carta da Munícipe Maria Cristina Belens Roxo, residente na Rua dos Aliados, nº 13, em Almeirim, do seguinte teor:-----
-----Estacionamento na Rua da Milheiras.-----
-----Possui o meu pai, António Batista Roxo, uma habitação de construção antiga na Rua das Milheiras, nº 11, que se destina a albergar alfaías agrícolas, materiais agrícolas, e uma Datdsun de caixa aberta; como deve ser do conhecimento do Senhor Vereador a rua em causa é bastante estreita, circulando o transito só num sentido. Em virtude desta situação o

estacionamento é precisamente do lado da habitação do meu pai, como deve calcular, este faz-se sem qualquer consideração, porque conquanto não estacionem em frente ao portão que é bastante - fazem-no logo a seguir de um lado e de outro impedindo qualquer manobra possível sem causar danos.-----

-----Exacerbandos as situações são pessoas que não residindo sequer em Almeirim, como aconteceu ultimamente, estacionam os veículos durante um mês sem sequer se preocuparem com que lá reside.-----

-----Face ao acima exposto, solicito a sua atenção e colaboração para a resolução possível".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos da Silva apresentou a proposta abaixo transcrita:-----

-----"Considerando os problemas diários colocados às forças de ordem da GNR com o estacionamento desordenado em horários de entrada e saída dos alunos da Escola Febo Moniz;-----

-----Considerando que por algumas vezes os carros desta força policial ficaram trancados, dentro e fora do Quartel;-----

-----Proponho que, para evitar a colocação diária de pinos, conforme fotografia anexa, se delimite uma zona de proibição de estacionamento devidamente marcada e sinalizada."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----Proposta apresentada pelo Senhor Vereador José Carlos da Silva, relativa à conclusão das obras de requalificação da Praça Lourenço de Carvalho:-----

-----"Atendendo à conclusão das obras de requalificação da Praça Lourenço de Carvalho;-----

-----Atendendo à necessidade de regular tanto o trânsito, como o estacionamento no referido local;-----

-----Atendendo a que, sendo uma zona de comércio é entendimento

dos comerciantes que não poderá ser um ,local de depósito diário de viaturas;-----

-----Proponho que se proíba o estacionamento em todos os lugares que não estão contemplados para o efeito, instalando para tal a sinalização homologada".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta acima indicada.-----

-----VALORES DE PARQUÍMETROS - O Senhor Vereador José Carlos da Silva apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Atendendo a conclusão das obras de requalificação da Praça Lourenço de Carvalho;-----

-----Atendendo a que, sendo uma zona de comércio é entendimento dos comerciantes que não poderá ser um local de depósito diário de viaturas;-----

-----Proponho que se instalem parquímetros que regulem o tempo de estacionamento de forma a permitir aos Municípios a resolução em tempo determinado dos seus assuntos com o seguinte horário:--

-----Dias úteis - 8.00h às 20.00h -----

-----Sábados - 8.00h às 13.00h-----

-----Domingos e Feriados - Gratuito-----

-----Tarifas:-----

-----0,20€ - 1 hora;-----

-----1,50€ - 2 horas;-----

-----2,50€ - 3 horas;-----

-----4,00€ - 4 horas."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----CONCURSO DE FOTOGRAFIA - O Senhor Vereador José Carlos apresentou a seguinte proposta: "Apreciação e votação da Proposta para realização do concurso de fotografia "Almeirim Foto".-----

-----Venho propor a aceitação da realização de um concurso de fotografia com o qual se pretende dar a conhecer através de um

outro olhar aspectos diferentes do Almeirim Urbano e Rural, conforme regulamento anexo.”-----

-----Acompanha a proposta Regulamento de Concurso que a seguir se reproduz:“I CONCURSO DE FOTOGRAFIA - ALMEIRIM FOTO-----

-----Disposições Gerais-----

-----O I Concurso de Fotografia “Almeirim - Foto” é promovido pela Câmara Municipal de Almeirim, através do Pelouro da Cultura que pretende, desta forma, fomentar uma nova perspectiva de abordagem ao património paisagístico, histórico e cultural do concelho, através da fotografia como expressão artística contemporânea.-----

-----Objectivos-----

-----Este Concurso tem como objectivos promover o gosto pela fotografia e dar a conhecer as diversas mais-valias do concelho de Almeirim. Para tal, cada edição será subordinada a um tema diferente por forma a conhecer diferentes “olhares” sobre o concelho. Nesse sentido, serão aceites a concurso, apenas, fotografias captadas no concelho de Almeirim.-----

-----Tema “Almeirim - O urbanismo e a ruralidade”.-----

-----Condições de participação-----

-----Cada participante poderá concorrer com um máximo de 3 trabalhos, (a cores ou preto/branco), no formato de 13x18 cm ou 20x25 cm impressas em papel e em formato digital. Não serão aceites fotografias manipuladas digitalmente e, os trabalhos apresentados devem ser inéditos.-----

-----Os trabalhos apresentados a concurso devem ser entregues no Posto de Turismo ou enviados para o seguinte endereço:-----

I Concurso de Fotografia - Almeirim Foto -----

Câmara Municipal de Almeirim (Pelouro da Cultura)-----

Rua 5 de Outubro-----

2080-052 Almeirim-----

-----Os trabalhos deverão ser entregues (foto a concurso e imagem) em envelope fechado, identificado pela referência ao concurso em questão. No interior deverá constar a ficha de inscrição devidamente preenchida.-----

-----Os participantes são responsáveis pelas declarações de autoria efectuadas, bem como autorizações de reprodução e manipulação, eventualmente levadas a cabo pela organização do concurso com vista à divulgação dos trabalhos.-----

-----Divulgação-----

-----Os trabalhos apresentados poderão ser objecto de exposição ou divulgação através de outros meios, não revertendo para o autor qualquer contrapartida financeira.-----

-----Especificidades dos trabalhos-----

-----Todos os trabalhos a concurso deverão estar identificados no verso (com letra legível), com o título da fotografia, local onde foi tirada, bem como o pseudónimo do autor. -----

-----Avaliação dos trabalhos-----

-----O júri será constituído por 3 elementos:-----

-----Dois fotógrafos profissionais convidados; e o vereador do Pelouro da Cultura.-----

-----O presidente do júri, escolhido de entre os elementos constituintes, terá voto de qualidade.-----

-----Ao Júri cabe apreciar os trabalhos, verificar a sua conformidade com o presente regulamento.-----

-----Das decisões do júri não haverá recurso.-----

-----O Júri reserva-se o direito de não atribuir prémios caso entenda que as imagens apresentadas a concurso não apresentem qualidade técnica ou estética, suficientes. -----

-----Entrega dos trabalhos-----

-----Os trabalhos poderão ser entregues até às 17h00 do dia 23 de Abril de 2010, no Posto de Turismo, ou, se enviados pelo correio, até ao mesmo dia, devendo nesse caso contar a data do carimbo dos CTT.-----

-----Prémios-----

Serão atribuídos 3 prémios com o seguinte valor:-----

1º Prémio - €1.000;-----

2º Prémio - €500;-----

3º Prémio - €250.-----

-----Os prémios deverão ser entregues no dia 13 de Maio de 2010.

-----Disposições gerais-----
-----A participação neste concurso implica a aceitação, deste Regulamento.-----
-----O Concurso está aberto a todos os fotógrafos amadores ou profissionais-----
-----Os casos omissos do presente Regulamento serão resolvidos pelo Júri."-----
-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta, bem como o Regulamento acima apresentado.-----
-----PRÉMIO MELHORES MÁSCARAS - O Senhor Vereador José Carlos da Silva, apresentou a seguinte proposta: "Apreciação e votação dos prémios a atribuir às melhores máscaras de Carnaval.-----
-----Atendendo a que nas manifestações carnavalescas de 2010 a Câmara Municipal de Almeirim lançou o desafio tanto aos estabelecimentos de ensino como para o público em geral para a participação num concurso de Mascarados com os temas Profissões para o público infantil e Imaginário infantil para os adultos;--
-----Atendendo a que concursando esta actividade entendeu o pelouro responsável premiar os vencedores;-----
-----Proponho que o executivo aprove os seguintes prémios: Infantis: primeiro prémio - cento e vinte e cinco euros; segundo prémio - setenta e cinco euros; terceiro prémio - cinquenta euros; Adultos - primeiro prémio cento e vinte e segundo prémio - setenta e cinco euros; terceiro prémio - cinquenta euros.-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que o prémio a atribuir às crianças não deveria ser em dinheiro. Poderia encontrar-se outra solução que não passasse pelo pecúlio, e acrescentou: "No meu entender é habituar mal as crianças, é levá-las a participar numa iniciativa com um único objectivo, o monetário. Não concordo com esta retribuição. Abstenho-me."-----
-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Vereador do MICA e a abstenção do Senhor Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----ZONA INDUSTRIAL - O Senhor Presidente apresentou o requerimento de Rogério Ribeiro, Advogado, como segue: " Rogério Ribeiro, advogado, vem, relativamente à venda que a C.M.A. vai efectuar a J. Chaves, Lda da propriedade de raiz do lote número trinta e sete da ZAE de Almeirim, requerer que seja deliberado o seguinte : "Pois é necessária cópia da acta da deliberação para instruir a escritura."-----

-----A venda da dita propriedade de raiz; Preço da venda; Quem representa a Câmara na outorga da escritura."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a venda da raiz por um euro e meio o metro quadrado, e informar que quem outorga é o Senhor Presidente.-----

-----O assunto foi remetido ao Dr. Vítor de Sousa para os procedimentos seguintes.-----

-----TERRENO PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - O Senhor Presidente apresentou a carta do Condomínio do Prédio, sito na Rua dos Aliados número oitenta e dois A em Almeirim, que a seguir se transcreve: "Em resposta à V/ carta em referencia (2804.04.03590), informamos V. Ex^a que aceitamos a compra do terreno em causa para logradouros, pelo preço de dois mil duzentos e quarenta e cinco euros.-----

-----Solicitamos ainda, que a referida quantia possa ser liquidada em quatro prestações, atendendo a todos os contratempos que este processo já sofreu.-----

-----Ficando a aguardar a v/ resposta, apresentamos os nossos melhores cumprimentos. Os Condóminos."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o pagamento em prestações. O assunto foi remetido ao Vice-Presidente para os procedimentos seguintes. -----

-----RENDAS EM ATRASO - O Senhor Presidente apresentou a informação da Técnica Superior, Dr^a Cláudia Afonso, que comunica que a moradora do Bairro AMCOFA número vinte e três, em Fazendas

de Almeirim, Maria de Fátima Jorge Leitão Baptista, apresentou um pedido de amortização das rendas em dívida, mediante um plano de pagamentos de duzentos euros em Janeiro de dois mil e dez e cinquenta euros nos meses seguintes.-----

-----É referido que a arrendatária tinha vinte rendas em dívida, no valor de quatrocentos e cinquenta e nove euros e três cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aceitar o plano de pagamentos proposto.-----

-----O assunto foi remetido à DHU para os posteriores procedimentos.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a informação da Técnica Superior, Dr^a Cláudia Afonso, comunicando que Laura Maria Almeida Soares sub arrendatária da fracção "G" do prédio sito na Rua Joaquim Gonçalves Isabelinha, número um, segundo esquerdo em Almeirim, apresenta um pedido de amortização das rendas em dívida, mediante o pagamento de cinquenta euros mensais. É referido pela Técnica Superior que a sub arrendatária tem em dívida trinta rendas no valor de sete mil oitocentos e setenta e cinco euros.-----

-----A Câmara deliberou aceitar o plano de pagamento proposto.-

-----O assunto foi remetido à DHU para os posteriores procedimentos.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a informação da Técnica Superior, Dr^a Cláudia Afonso, comunicando que Bruno Miguel dos Santos Vinagre, arrendatário da moradia número um do Bairro Social do Pupo, sita na Rua 1º de Dezembro, número dezoito esquerdo em Almeirim, apresenta um pedido de amortização da dívida de rendas, mediante o pagamento mensal de uma renda em atraso. É referido pela Técnica Superior que o valor das rendas em atraso é de setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou aceitar o plano de pagamento proposto.-

-----O assunto foi remetido à DHU para os procedimentos posteriores.-----

-----ACTUALIZAÇÃO DE RENDAS MENSASIS - O Senhor Presidente apresentou a informação da Técnica Superior, Dr^a Cláudia Afonso, que a seguir se reproduz: "Pelo presente e conforme Aviso nº 16247/2009 de 18/09, informo V. Ex^a que o coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento, para vigorar no ano civil de 2010, é de 1,00.-----

-----Nestes termos, em 2010 manter-se-á o valor das rendas mensais dos fogos, propriedade do Município."-----

-----O Executivo conhecimento.-----

-----O assunto voltou à Divisão de Habitação e Urbanismo.-----

-----PERMUTA DE LOTES - O Senhor Presidente propôs a retirada da Ordem de Trabalhos, para esclarecimentos, da proposta de permuta envolvendo os lotes sessenta e sete e setenta e um da Zona de Actividades Económicas.-----

-----O Executivo concordou.-----

-----DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA - O Senhor Presidente apresentou a carta de Ana Rita Vale Dias, residente da Rua Guerra Junqueiro, em Almeirim, que solicita o pagamento da dívida de fornecimento de água no valor de trezentos e oitenta e oito euros e setenta e nove cêntimos, correspondente à moradia sita na Rua Dionísio Saraiva, número trinta e nove-C, em Almeirim, que habitou por arrendamento. A requerente solicita a entrega de vinte euros mensais, em virtude da sua situação económica não permitir a entrega de valor superior ao proposto.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aceitar a entrega do valor proposto.-----

-----O assunto foi entregue ao serviço de Execuções Fiscais, porque a dívida já se encontra em Execução Fiscal.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a

Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Associação Portuguesa Amigos de Raoul Follereau, cento e dez euros para campanha de peditório a favor de pessoas que sofrem de lepra; Associação Portuguesa dos Limitados da Voz, duzentos e cinquenta euros para apoio às iniciativas de combate ao cancro da laringe; Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim, mil oitocentos e cinquenta e um euros e trinta e dois cêntimos, para instalação de alarmes e primeira semestralidade dos mesmos; Santreirim, mil e seiscentos euros para o nono torneio Internacional de Futebol Veterano "Santeirim"; Secção de Taekwondo, mil e oitenta euros para compra de fatos de treino.--

-----Foi presente a carta do Agrupamento de Escola Febo Moniz - Almeirim, informando que o aluno Joaquim Miguel dos Anjos Neto, a frequentar o nono ano, não participa na visita de estudo a Toledo - Madrid, por falta de recursos económicos. A viagem custa trezentos e sessenta e nove euros. Acompanha o pedido contextualização da situação do Gabinete de Acção Social onde refere que todas as crianças do agregado familiar da criança são apoiadas com escalão A. A Câmara deliberou por unanimidade custear o total da viagem.-----

-----Foi presente a carta de Armando Paulo Esteves Mira dos Reis, praticante da disciplina de Tiro aos Pratos, nas variantes de Fosso Universal e Fosso Olímpico e tendo obtido algumas classificações de relevo. Solicita apoio financeiro com vista à preparação e participação nas provas de Fosso Olímpico do calendário da Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça em dois mil e nove.-----

-----A Câmara deliberou informar que não atribui apoios do ponto de vista individual. Mais deliberou que fosse pedido esclarecimentos ao peticionário em que clube está federado.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - O Senhor Presidente apresentou as comunicações internas do Gabinete de Acção Social, que se encontram devidamente contextualizadas, mereceram as seguintes deliberações:-----

-----Miguel Ângelo Vinagre, residente na Rua da Rega, número dois, em Almeirim, solicita apoio para frequência das piscinas.

-----A Câmara deliberou autorizar a frequência gratuita das piscinas Municipais;-----

-----Dora Isabel Pinto Pitorra, residente da Rua Joaquim Gonçalves Isabelinha, número trinta e dois - primeiro andar em Almeirim, solicita apoio para pagamento de três facturas de Água no valor total de noventa e oito euros e trinta cêntimos. A Câmara deliberou pedir esclarecimentos.-----

-----Mara Cristina Gomes Dionísio, residente em Benfica do Ribatejo, solicita apoio para passe escolar. A Câmara deliberou apoiar.-----

-----Paulo Alexandre Silvério Mendes, residente na Rua Gabriel Costa, número trinta em Almeirim, solicita apoio para medicação.

-----A Câmara deliberou informar que o pedido não se enquadra nos apoios.-----

-----Maria de Fátima Fernandes e Carlos Manuel G. F. Coutinho, residente na Rua Norton de Matos, número um em Paço dos Negros, solicita apoio para consulta de oftalmologia a Coimbra. A Câmara deliberou apoiar com o valor de cento e cinquenta euros.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros ao serviço das seguintes entidades:--

-----Escola Moinho de Vento e Tapada, duzentos e noventa e dois euros e sessenta e sete cêntimos; Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Paço dos Negros, quinhentos e quinze euros e dezasseis cêntimos; Escola Secundária Marquesa de Alorna, duzentos e quatro euros e quinze cêntimos; Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim, cento e noventa e seis euros e sessenta e seis cêntimos; CADCA - Karaté, trezentos e sessenta euros e um cêntimo; União de Veteranos de Almeirim, cento e noventa e sete euros e cinquenta e dois cêntimos; Santa Casa da Misericórdia de Almeirim - Lar de S. José, duzentos e setenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, cento e setenta e cinco euros;

Orfeão de Almeirim, cento e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos; Universidade Sénior de Almeirim, quatrocentos e onze euros e sessenta e seis cêntimos; Agrupamento de Almeirim, trinta e três euros e dezanove cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol, quatrocentos e vinte e dois euros e quarenta e cinco cêntimos; Escola B.2,3 de Fazendas de Almeirim, sessenta e quatro euros e quarenta cêntimos; Hóquei Clube "Os Tigres", quatrocentos e treze euros e trinta e nove cêntimos; Escola de Benfica e P Três, duzentos e sessenta e um euros e vinte e oito cêntimos; Estabelecimento Prisional de Alcoentre, três mil e sessenta e oito euros e treze cêntimos.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída por todos os Autarcas, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta de dezoito de Janeiro de dois mil e dez.-----

-----Foi distribuída por todos os Autarcas a acta de um de Fevereiro para posterior consideração.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente à acta aprovada, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das

senhas de presença.-----

-----Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos foi encerrada
a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Administrativa desta Autarquia, elaborei a presente
acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa
